

# CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS NARRATIVAS DO PATRIARCADO: APAGAMENTO DAS MULHERES COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

Érica R. Gonçalves

Doutoranda do programa de pós graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, sob orientação do Professor Doutor Mateus Yuri Passos.

## RESUMO

As narrativas ficcionais interagem com o contexto histórico-social, colocando em pauta temas que por muitas vezes não estão no circuito da esfera pública oficial. Neste trabalho analisamos o papel de narrativas, desde as míticas e religiosas, até as mais atuais, permeadas por censura e restrições ao gênero feminino na participação da sociedade, fazendo um panorama da construção e manutenção das narrativas do patriarcado, entendendo como a restrição à educação e cultura possuem papel fundamental no machismo estruturalizado, que existe até hoje.

## Palavras-Chave:

Narrativas; Censura Feminina; Narrativas do Patriarcado

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz parte da pesquisa que originou minha tese de doutorado, que teve como questão de pesquisa o papel das narrativas ficcionais na organização da sociedade patriarcal, bem como a literatura pode ser uma forma de entender desvios autoritários e chamar atenção para um futuro catastrófico.

Ao longo da história inúmeros movimentos trabalharam para censurar ou proibir a circulação da literatura e outros produtos culturais. Seja por uma ideologia religiosa ou poder autoritário de Estado, ler sempre representou um perigo em potencial a estes movimentos.

(...) as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar. Talvez os contos populares, as histórias ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-espada, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente. (CANDIDO, 2006 p. 82)

Bakhtin (2019) reflete sobre a intrínseca relação da literatura com a cultura não apenas de sua época de produção, como também sua relevância no grande tempo. Para o russo, a literatura é parte inseparável da cultura e não pode ser entendida fora dela. Vale reforçar que ao falar da cultura de uma época, Bakhtin se refere não apenas, mas especialmente as camadas mais populares. “As correntes poderosas e profundas da cultura (particularmente as de baixo, populares), que efetivamente determinam a criação literária, continuam aguardando descobertas e às vezes permanecem totalmente desconhecidas” (BAKHTIN, 2019 p. 12)

Segundo ele, uma obra só poderá existir nos séculos futuros, se contiver nela o passado, mas mantiver a perenidade e relevância por meio das diversas renovações de sentido pelas quais passa.

As obras dissolvem fronteiras da sua época, vivem nos séculos, isto é, no grande tempo, e além disso levam frequentemente (as grandes obras, sempre) uma vida mais intensa e plena do que em sua atualidade. (BAKHTIN, 2019 p. 14)

Além disso, as grandes obras, àquelas que sobrevivem no grande tempo, ganham significados novos e são vistas com outros olhares ao longo de sua existência, ou seja, a obra continua ressoando em sua potência, de formas adequadas em cada tempo no qual resiste. Nesse contexto, ao verificarmos a circularidade das obras distópicas, mesmo as mais afastadas de seu momento de produção, entendemos que elas continuam a produzir o sentido buscado na época do consumo.

Já Saramago (2000) fixa o papel do romancista como um preenchedor de lacunas. Estas chamadas zonas de sombra que perpassam a história oficial, seriam justamente um novo olhar para o passado, proporcionado pelo romance. É neste contexto que a literatura torna-se um canal para amplificação de vozes diversas, que por meio de seu ponto de vista, constrói novas perspectivas e apresenta ao leitor novos protagonistas da história.

As manifestações artísticas podem ser pensadas como construções tradutórias da sociedade e da época. Com efeito, pode-se associar as manifestações artísticas e culturais ao pensamento vigente, bem como aos aspectos ideológicos hegemônicos. Elas podem traduzir valores, exemplificar maneiras de pensar e demonstram dilemas morais e sociais. (ANDRADE, 2019, p. 3).

Ao utilizar o romance como uma obra crítica, ou seja, não apenas elabora uma história simples, sem trazer críticas ao universo sobre o qual discorre, o escritor abre novas formas de olhar para um fato passado, inclusive a respeito do que este acontecimento pode ter causado nos nossos tempos (SARAMAGO, 2000). O autor é responsável pela forma como reconstrói o mundo e a época em questão, em sua narrativa, mesmo fictícia.

A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrência, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra. (CANDIDO, 2006 p. 187)

## **A estatização dos corpos femininos: sujeição da mulher às leis do homem**

O controle ao corpo da mulher, entendendo aqui corpo de forma holística que compreende sua liberdade de pensamento, ação, expressão; acesso a direitos básicos como educação e trabalho, tem seus primeiros indícios já nos primórdios da evolução social do ser humano, quando passamos de sociedades nômades para as sedentárias, trocando a coleta de alimentos pela caça.

O papel feminino, desde os mais ermos tempos em que a humanidade começa a se apossar da terra e adotar o sedentarismo ao invés do nomadismo, passa a ser o de reprodutora, uma vez que quanto mais filhos, mais mão de obra para a terra (ou para a guerra) haveria, e de mantenedora da casa. A mulher está restrita ao ambiente doméstico e deve sair da casa do pai virgem, garantindo ao marido a manutenção da linha familiar e de herança.

A dicotomia entre o privado e o público torna-se, então, a origem da dependência econômica da mulher, e essa dependência, por sua vez, gera, no decorrer das gerações, uma submissão psicológica que dura até hoje. (MURARO, 2020 p. 18)

A instituição de políticas sexuais como uma forma de trazer para o lado do poder os homens proletários e forma de fazer com que isso acontecesse passa pela transformação da mulher em uma ferramenta à disposição do Estado. No final do século XV, com o início da contrarreforma<sup>1</sup>, a instituição da prostituição legalizada e subsidiada pelo Estado, foi uma forma direcionar o antagonismo entre as classes, na época existente, contra as mulheres (FEDERICI, 2023 p.111).

Além disso, o comportamento submisso, feminilidade assexuada, obediência e subordinação ao homem é tão infligido às mulheres que se torna algo aceito como natural ao gênero (FEDERICI, 2019).

No sentido de construir uma nova verdade cultural, é necessária uma nova narrativa, que corrobore com sua veracidade.

Uma definição simples é aquela que entende a narrativa como uma das respostas humanas diante do caos. Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos. O que diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural - a narrativa - o humano não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida.(MEDINA, 2003 p.47 - 48)

Tendo como base esse conceito de organização do caos por meio da narrativa, é possível entender como essa mesma aplicação pode ser feita para a construção e consolidação do Patriarcado. Nesse contexto o homem precisa ser o ser superior em todos os sentidos. Para isso é preciso que a construção narrativa dessa condição seja ancestral. Entra em campo então a narrativa mítica, que se transforma de um mito da Deusa criadora, ao da divisão do um em dois (contemplando dois gêneros complementares) até a chegada da narrativa do Deus, Homem, criador que se perpetua em diversas culturas, sendo a mais disseminada o Cristianismo e suas ramificações.

Em seus estudos sobre o mito, Joseph Campbell apresenta um comparativo sobre diversas culturas, com a intenção de mostrar como o mito é ritualizado e estruturado de acordo com as culturas e necessidades locais, porém elementos e narrativas se cruzam. Além disso, a intrínseca relação entre a humanidade e o mito seria uma necessidade (CAMPBELL, 1992)

---

<sup>1</sup> A contrarreforma foi uma reação da Igreja Católica ao avanço do Protestantismo na Europa. Seu marco data de 1530 após o Concílio de Trento.

E, embora muitos se curvam de olhos fechados nos santuários de suas tradições esmiúce racionalmente e desqualifiquem os sacramentos de outros, uma comparação honesta revela imediatamente que todos foram criados de um único fundo de motivos mitológicos - selecionados, organizados, interpretados e ritualizados de modo diferente, de acordo com as necessidades locais, mas venerados por todos os povos da terra. (CAMPBELL, 1992 p. 15-16)

Ainda em Campbell verificamos a afirmação de que a humanidade parece não se sustentar sem sua crença em uma herança ancestral e que seria essa ligação e fé que dariam sentido à vida humana "A mitologia - e portanto a civilização - é uma imagem poética supranormal, concebida, com toda poesia, em profundidade, mas suscetível de interpretação em vários níveis." (CAMPBELL, 1992 p. 380).

Não é possível falar sobre subjugação da mulher na cultura Cristã sem retomar a criação do Universo, segundo a Bíblia e o mito de Adão e Eva. Porém, outra personagem precisa ser retomada aqui, pois ela foi quase completamente apagada da mitologia Cristã, embora sua presença possa ser rastreada em outras narrativas religiosas, que também adotam o Antigo Testamento como livro sagrado, como é o caso do Islamismo e Judaísmo. Precisamos retomar a existência de Lilith.

Já em seus primeiros parágrafos a Bíblia como conhecemos deixa claro o gênero do Criador: "Deus criador do céu e da terra" (Gn 1:1). Não resta nenhuma dúvida sobre sua masculinidade, já nesse momento. É também no livro de Gênesis que aparece o primeiro indício de uma contradição que poucos notam: "Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher" (Gn 1:26).

Algumas páginas depois surge uma nova versão: "[Deus] formou o homem do pó da terra e insuflou-lhe pelas narinas o sopro da vida, e o homem transformou-se em um ser vivo" (Gn 2:7), e na sequência, em Gênesis 2:18 -22, surge Eva, criada a partir da costela de Adão, tornando o homem o gerador da vida da mulher e a quem ela deve se submeter.

Mas e a primeira mulher; a primeira citação de homem e mulher?

Deus teria criado um casal: Adão e uma mulher que antecedeu a Eva. Esta mulher primordial teria sido Lilith, figura bastante conhecida da antiga tradição judaica. Lilith não se submeteu à dominação masculina. A sua forma de reivindicar igualdade foi a de recusar a forma de relação sexual com o homem por cima. Por isso, fugiu para o Mar Vermelho. (LARAIA, 1997 p. 151)

E é justamente esse apagamento da figura que seria a primeira mulher da criação, a primeira esposa de Adão que denota o tom que será imposto pelo Cristianismo e outras religiões que adotam o Velho Testamento como um de seus textos canônicos. A investigação de antigos textos da tradição judaica, que também não estão na composição da Torá, permite entender o que foi feito com Lilith (LARAIA, 1997).

Apesar de seu total apagamento nos textos cristãos, na mitologia judaica Lilith, após de negar a retornar para Adão mesmo sob ameaças de morte, é transformada em um demônio denominada a rainha da noite. Ela se torna noiva de Samael, o senhor das forças do mal. Ela é descrita como uma figura sedutora, com longos cabelos que voa a noite para atacar os homens que dormem só. A poluções noturnas masculinas são a ela atribuídas e assim ela copularia com esses homens gerando filhos demônios. (LARAIA, 1997)

(...) na Idade Média, era considerado perigoso beber água nos solstícios e equinócios, períodos estes em que o sangue menstrual de Lilith pinga nos líquidos expostos. Finalmente, uma outra tradição judaica afirma que a lendária rainha de Sabá que teria visitado Salomão nada mais era do que Lilith. O sábio rei, contudo, descobriu o arдил, ao levantar a saia da rainha e constatar que suas pernas eram peludas. (LARAIA, 1997 p. 152)

Neste pequeno trecho citado, quantas características também associadas às bruxas encontramos? Voo noturno, associação maléfica com os solstícios e equinócios, pernas peludas.

Apesar de sua aparição na Idade Média, o mito de Lilith é muito mais antigo. Ela faz parte da simbologia mitológica suméria, babilônica, assíria, cananéia, hebraica, árabe e teutônica. Conhecida como Lil, uma tempestade destruidora ou espírito do vento na cultura suméria, tornou-se também Lilith, um demônio noturno que agarra os homens e as mulheres que dormem sozinhos e provoca sonhos eróticos.

Embora existam muitos mitos acerca de seus primórdios, Lilith aparece nitidamente, em todos eles, como uma força contrária, um fator de equilíbrio, um peso contraposto à bondade e masculinidade de Deus, porém de igual grandeza. (KOLTUV, 1989 p.17).

O mito de Lilith é construído em uma narrativa de rebeldia e desobediência, na qual a divindade é punida por querer assumir um lugar de igualdade com o deus masculino. De acordo com o Zohar (obra cabalística do século XIII), Deus teria criado duas grandes luzes que se acenderam em igual dignidade, porém a Lua não estava confortável com o brilho do Sol. "Por isso Deus disse à ela: 'Vai e torna-te menor'. Ela se sentiu humilhada e disse: 'Por que razão seria eu como a que se cobre com um véu?' (Cant. 1:7)

E assim a Lua fez-se menor que o Sol e perdeu seu brilho, pois este estava atrelado ao astro masculino. "O conhecimento dessa sombra de Lilith é necessário para fortalecer o ego do homem e criar um equilíbrio para o eixo do próprio ego, isto é, construir uma casa de pedra para a consciência do homem" (KOLTUV, 1989 p.21).

E é em contraponto à Lilith que Eva é criada. Apesar de também transgredir as regras e incitar que Adão assim o faça ao comer o fruto proibido, Eva se arrepende de seu feito e se submete à punição junto com seu marido.

Com Eva surge o segundo sexo, sendo que ela não parece ter sido a primeira mulher de Adão (...). Talvez isto não seja nenhuma coincidência ou mero erro mito-poético, mas antes o primeiro sinal do que estaria para vir até o fim das Sagradas Escrituras: Eva ao tentar Adão e ao provocar a queda do Paraíso, fez com que toda humanidade vindoura ficasse eternamente condenada. (SILVA, 2015 p. 86)

É também nessa segunda narrativa da criação do homem que o masculino se torna protagonista desde o início, uma vez que é ele quem concebe a mulher, a partir do seu corpo, e assim, o protagonismo da mulher em criar vida, dar à luz é ofuscado e relegado a mais um desígnio de Deus.

A mitologia católica tem ainda mais uma grande figura feminina que reforça padrões de submissão e de apologia à castidade. A Virgem Maria, que concebeu Jesus sem se submeter a um ato sexual e dedicou sua vida aos cuidados do filho e devoção a Deus.

Mesmo santificada e reverenciada por sua importância na história de Cristo, milagres e maravilhas atribuídos à sua figura, Maria não alcança o status de Deusa, ou mesmo tem seu lugar na Divina Trindade, constituída por três figuras masculinas: Pai, Filho e Espírito Santo. (SILVA, 2015).

Retirar da mulher seu protagonismo na geração da vida é algo que acontece desde os primórdios e para a reforçar essa narrativa é necessário criar um misticismo a cerca de toda sexualidade, transformando a mulher em um agente do pecado.

Desde tempos muito antigos (depois que o cristianismo se tornou a religião estatal, no século IV), o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo, identificando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo. Expulsar as mulheres de qualquer momento da liturgia e do mistério dos sacramentos; tentar roubar os poderes mágicos das mulheres de dar a vida ao adotar trajes femininos; a ao fazer da sexualidade um objeto de vergonha – esses foram os meios pelos quais uma casta patriarcal buscou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica. (FEDERICI, 2023 p. 88).

Em contrapartida, a constituição das sociedades heréticas da Idade Média, a mulher era considerada uma igual, tendo os mesmos direitos e desfrutavam da vida social em pé de igualdade, sendo que os Cátaros adoravam uma figura feminina, a Senhora do Pensamento.

Os hereges também permitiam que mulheres e homens compartilhassem a mesma moradia, já que não temiam que isso necessariamente os instigasse a comportamentos promíscuos. Com frequência, mulheres e homens hereges viviam juntos livremente, como irmãos e irmãs, da mesma forma que nas comunidades ágapes da Igreja primitiva. (FREDERICI, 2023 p. 91)

Neste sentido a sexualidade foi transformada em um tema de confissão e para educar os cristãos católicos sobre o tema, foram lançados os penitenciais, que eram manuais destinados aos confessores (FEDERICI, 2023).

Importante entender a relação que essas narrativas mitológicas, que construíram o imaginário, principalmente do mundo ocidental, se mantêm em destaque e relevantes até os dias de hoje, refletidas na literatura, nos filmes, séries de TV e todos os outros campos do cotidiano. É preciso tornar o mito parte do repertório da audiência, seja de forma religiosa, ou por meio da cultura.

Em termos de narrativa, o mito é a imitação de ações próximas ou dentro dos limites concebíveis do desejo. Os deuses desfrutam de belas mulheres, lutam uns com os outros com força prodigiosa, confrontam e ajudam homens, ou ainda assistem a suas misérias do alto de sua liberdade imortal. O fato de que o mito opera no topo do desejo humano não significa que ele necessariamente apresente o mundo como alcançado ou alcançável pelos seres humanos. (FRYE, 2012 p. 263)

Segundo Frye (2012), o mito é um extremo do arcabouço literário e a afinidade entre ele e a literatura ilumina diversos pontos da ficção, fornecendo bases para histórias plausíveis. Para essa análise crítica, o autor organiza mitos e símbolos arquetípicos em três partes: O mito não deslocado, que se configura como deuses e demônios em uma representação de mundos antagônicos; a tendência romântica, que sugere padrões míticos implícitos a um mundo associado à experiência humana; e o "realismo" (aspas do autor) que enfatiza o conteúdo e a representação desses elementos.

Indo mais a fundo no primeiro tipo de organização, o mito não deslocado, Frye coloca duas formas de organização metafórica: o apocalíptico, que se associa ao paraíso existencial, e o demoníaco, em relação ao inferno existencial, atribuídos tanto pelas religiões contemporâneas, quanto na literatura, baseando-se para isso na Bíblia como principal fonte para o mito não deslocado. (FRYE, 2012).

"O mundo apocalíptico, o paraíso da religião, apresenta, em primeiro lugar as categorias da realidade nas formas dos desejos humanos, conforme indicados pelas formas que essas categorias assumem mediante o trabalho da civilização humana." (FRYE, 2012 p. 269). Ou seja, a ação humana de boa-fé, engrandece o mundo por meio de modificações positivas no seu ambiente e, nesse caso, o desejo humano é o catalizador dessas mudanças.

Em oposição a isso está a organização das imagens demoníacas. "Oposta ao simbolismo apocalíptico está a apresentação do mundo que o desejo rejeita totalmente: o mundo do pesadelo e do bode expiatório, da sujeição e da dor e da confusão." (FRYE, 2012 p. 277). Ou seja, um mundo no qual a imaginação humana ainda não agiu.

O maquinário do destino é administrado por um conjunto de deuses invisíveis e remotos, cuja liberdade e prazer são irônicos, porque excluem o homem, e que intervêm nos assuntos do homem nos assuntos humanos especialmente para salvaguardar suas próprias prerrogativas. Eles exigem sacrifícios, punem a presunção e impõem obediência à lei natural. (FRYE, 2012 p. 277)

Mapear a trajetória das mulheres na educação e literatura, especialmente

como leitoras não é uma tarefa fácil, uma vez que dados e informações a este respeito não estão disponíveis e quando encontrados nem sempre há uma fonte confiável por trás deles. Alguns estudos centram seus esforços no período entre os séculos XIX e início do XX, quando uma gama de periódicos voltados para mulheres começa a surgir. Mesmo com muitas interrogações possíveis, esses meios permitem entender de certa forma qual era o papel da mulher e o que lhes era permitido acessar em termos de leitura (Vaquinhas, 2010) (Jinzenji, 2012).

Em pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional, o primeiro periódico brasileiro voltado ao público feminino encontrado é o Espelho Diamantino, datado de 1827 e intitulado Periódico de Política, Litteratura, Bellas Artes, Theatro e Modas, dedicado às Senhoras Brasileiras<sup>2</sup>. O prospecto da edição número um começa assim:

A influencia das mulheres sobre as vontades, as acções e a felicidade dos homens, abrange todos os momentos, todas as circunstancias da existencia, e quanto mais adiantada a civilização, tanto mais influente se mostra esse innato poder, de forma que, se a companheira do homem inda salvagem, cultiva as terras, carrega fardos, orna, e tingue o corpo consorte, não deixando de lhes das conselhos para a guerra, para a paz, e para a caça, a esposa do homem civilizado, não satisfeita com o tomar sobre sí todo peso do governo interior da família, e estes inumeraveis trabalhos que a industria tem tornado indispensaveis para as commodidades, e regalos da vida, esta também pronta a repartir os cuidados do marido involvido nos lances, e tormentas dos negocios privados, ou politicos, a sugerir-lhe expedientes mais delicados, e appropriados do que as suas mais intensas meditações, a sustentar seu animo na adversidade, a inclina-lo a moderação e suaves sentimentos, quando o orgulho dos successos lhe inspiraria egoismo, ou insolencia. (ANEXO 1)

Fica claro que a intenção é dar às mulheres informações adequadas para que elas tenham algo a mais para oferecer aos maridos, não necessariamente que seja algo relevante para elas mesmas.

Após 70 anos desse trecho mencionado acima, a imprensa voltada para mulheres ainda reforçava o papel de mantenedora do lar e mantinha uma narrativa de unificação do pensamento feminino, como vemos no extrato da publicação nº 1 da Mensageira – revista literária dedicada à mulher brasileira:

Estabelecer entre as brasileiras uma sympathia espiritual, pela comunhão das mesmas ideias, levando-lhes de quinze em quinze dias, ao remansoso lar, algum pensamento novo – sonho de poeta ou fruto de observação acurada, eis o fim que, modestamente, nos propomos.

Será recebida com indiferença a Mensageira – portadora feliz da prosa amena e discreta de Julia Lopes de Almeida e dos versos artísticos e sentidos das mais festejadas e conhecidas poetisas brasileiras? Não cremos! E é por isso que nos arrojam em uma empresa dessa ordem. (ANEXO 2)

---

2 Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700312&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=1> . acesso em 30 de março de 2024.

Em pesquisa<sup>3</sup> na hemeroteca da Biblioteca Nacional encontramos o seguinte panorama das publicações voltadas às mulheres e ou famílias, no século XIX:

Periódico	Ano
O Espelho Diamantino	1827
Espelho das Brasileiras	1831
Museu Universal das Famílias Brasileiras	1837
Correio das Modas	1839
Museo Pitoresco, Historico e Litterario Livro recreativo das familias	1848
O Bello Sexo	1850
O Jornal das Senhoras	1852
O Jardim das Damas	1852
Novo Correio das Modas	1852
Marmota Fluminense : Jornal de Modas e Variedades	1854
O Recreio do Bello sexo	1856
O Mundo Elegante	1858
Monitor das Famílias	1859
O Espelho : Revista Semanal de Litteratura, Modas, Industria e Arte	1859
Espelho das Bellas	1860
Jornal das Damas (PE)	1862
Bello Sexo	1862
Jornal das Famílias	1863
Bella Fluminense	1864
A Marquesa do Norte	1867
A Roseira: revista universal para as familias	1868
Leitura Familiar	1871
O Sexo Feminino	1873
Biblioteca das Senhoras	1874
Recreio das Moças - Publicação Hebdomária	1876
Republica das Moças	1879
Echo das Damas	1879
A Chrysalida	1879
A Mãe de Família	1880
A Família: jornal litterario dedicado a educação da mãe e familia	1888
Quinze de Novembro do Sexo Feminino	1889
Mensageira - revista literária dedicada à mulher brasileira	1897

Neste sentido, mais do que acessar uma história da leitura, encontra-se uma dinâmica de curadoria e censura do que seria correto ou não à uma mulher ler, uma vez que tais periódicos traziam não apenas indicações de livros, como também textos escritos por mulheres, sob a égide da liberdade de se expressar livremente mesmo que usando um pseudônimo, incluindo correspondências de leitoras com críticas ou elogios aos conteúdos das edições (JINZENJI, 2012).

Um outro periódico voltado para as mulheres também começava a circular, não sendo esse o seu público exclusivo, de acordo com uma correspondência, em que um jovem escreve a seu pai: “Remeto esse Periodicozinho intitulado = Manual das Brasileiras = dedicado às mulheres, para minha Mãe e Manas: é uma folha bem boa, e meu Pai há de gostar muito dela (JINZENJI, 2012 p. 374 - 375).

Nota-se neste trecho que, apesar de ser um periódico feminino, o autor da carta é um jovem que indica às mulheres de sua família a leitura, porém sem deixar de mencionar que a publicação seria aprovada pelo pai.

Não menos tendenciosas eram as obras indicadas às mulheres pelos periódicos. Dava-se preferência os livros com temáticas religiosas, como *Coisas da vida de uma mãe cristã*, de Selma Lagerlof ou *Maria, Mãe de Deus*, de F.M William, em Portugal (Vaquinhas, 2010) ou, no Brasil, romances como *As aventuras de Telêmaco*, de François Fénelon, que descreve, entre outros temas morais, as qualidades de uma esposa adequada (JINZENJI, 2012).

No que respeita os livros recomendados nas revistas atrás mencionadas, os romances sentimentais estão praticamente ausentes. Predominam outros gêneros literários: as biografias edificantes, tanto individualidades da aristocracia (...), como também de figuras, masculinas ou femininas, de uma história mitificada (...) ou ainda de personalidades abnegadas, fiéis e devotamente católicas (...) (VAQUINHAS, 2010 p. 11)

A existências de tais periódicos voltados às mulheres fazem parte de um sistema de manutenção do domínio masculino, onde podem recomendar, ou censurar o que uma mulher deve consumir culturalmente.

Quando o romance literário começa a ser visto como um entretenimento possível às mulheres, uma vez que traz conteúdos mais alinhados com as doutrinas vigentes, em geral em linguagem mais popular e simples e o formato folhetim, o gênero começa a ser indicado nesses periódicos. Aqui as autoras tiveram um papel essencial para a popularização do gênero.

Dedicadas ao lar, onde permaneciam no âmbito das suas funções domésticas, como donas de casa, podiam-se dedicar à leitura, entendida como acessível. Paradoxalmente, essas características serão exploradas, em termos comerciais, sobretudo no período do pós I Grande Guerra, por uma nova vaga de autores de romances “cor-de-rosa” que escrevem para o público feminino (...). Rainhas do folhetim sentimental e do romance popular correspondem a um outro “modelo” de romancista (...). (VAQUINHAS, 2010 p. 5-6)

Percebe-se nesse contexto que sempre há uma forma de cerceamento do que é lido pelas mulheres e uma tendência de doutrinação por meio de temas e comportamentos adotados pelas personagens dessas obras dirigidas ao público feminino.

### **Diferentes formas de educação = diferentes formas de fruição**

A fruição de uma obra ficcional não se dá exclusivamente por meio da leitura, ao contrário, história oral e mais recentemente audiovisual são partes importantes na construção de um repertório de narrativas.

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda chiste, até as formas mais complexas e difíceis da

Tomando emprestada a definição de Antônio Candido, entendemos que a leitura e a escrita são uma das muitas possibilidades de formatos da literatura, ou narrativa ficcional como vamos muitas vezes nos referir neste trabalho. Em verdade, as formas letradas de fruição de histórias aparecem de forma muito recente em nossa sociedade, se entendermos a Humanidade desde seus primeiros registros.

Até meados do século XV, a escrita e leitura eram extremamente restritas e reproduzíveis apenas por meio manuscrito. Por isso mesmo, a invenção do tipo móvel de Gutenberg figura entre as mais importantes transformações na reprodutibilidade de livros que temos em nossa história (Chartier, 1999).

Isso não significa, porém, que a democratização do livro e da leitura foi imediata. A partir da invenção da prensa móvel inicia-se um novo capítulo de disputas e censuras que, guardadas as devidas proporções, se estendem até nossos dias.

No que diz respeito à escrita, um outro fator se impõe sobre outras formas de fruição: a escrita precisa ser ensinada.

Uma língua falada, nos termos de uma habilidade tanto para falar quanto para entender, surge como parte de um processo normal de crescimento em uma sociedade específica, exceto em caso de uma incapacidade física individual. A escrita, ao contrário, é desde o início uma habilidade sistemática que tem que ser ensinada e aprendida. (WILLIAMS, 2014 p. 4)

A restrição de acesso à escrita para certas classes sociais ou profissionais gera uma outra questão: o que foi escrito e seu ponto de vista, ou seja, a narrativa é sempre escrita por um lado da história.

Nesta cruzada pelo domínio da narrativa o historicismo, conforme o criticava Walter Benjamin (2012), se destaca, segundo ele, sempre contando a versão dos vencedores e perpetuando o poder e hegemonia de determinados grupos, de forma que qualquer fragmento que ameaça desestabilizar a verdade construída em torno do passado torna-se irrecuperável.

O historicismo propõe a imagem “eterna” do passado; o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Deixa aos outros o papel de se entregarem, no bordel do historicismo, à prostituta chamada “Era uma vez”. Ele permanece senhor das suas forças, suficientemente forte para destruir o contínuo da história. (BENJAMIN, 2012, pos. 18)

Mas aqui levaremos em conta as questões do ensino escolástico ao qual meninas e meninos tiveram acesso ao longo do tempo. E aqui retomamos a dificuldade em encontrar dados históricos sobre a participação efetiva das mulheres nas fileiras escolares.

(...) a escolarização era pensada de forma separada para meninos e meninas, esse segundo público era excluído das escolas pú-

blicas até o ano de 1814. No ano seguinte, quando sua presença passou a ser registrada nesses estabelecimentos, as meninas constituíam 8% do total de alunos matriculados e no final do século, em 1889, a proporção chegou a 35%. Várias eram as razões para a desproporção do público feminino nas escolas, estando entre elas, a resistência das famílias. (JINZENJI, 2012 p. 370-371)

Outra questão em relação ao letramento feminino é o fato de que este muitas vezes se dava em casa, informalmente. Por fim, a diferença entre saber ler e escrever também se manifesta nesse contexto, não sendo difícil encontrar quem tivesse a primeira habilidade, mas não a segunda (Jinzenji, 2012).

Dois séculos depois, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - davam conta que em 2019, o analfabetismo entre os homens com mais de 15 anos havia ultrapassado o de mulheres na mesma faixa etária, 6,9% contra 6,3%. O problema da educação, porém, parece se transferir para outras minorias. Em 2022 outra pesquisa, desta vez conduzida pelo Unicef, apontava para um crescimento de 50% no número de crianças e adolescentes fora da escola, grande parte delas em insegurança social e/ ou negras e indígenas.

A segregação de grupos específicos, e aqui focaremos sempre nas diferenças de gênero, e a privação de educação a alguns geram uma questão que se estabelece de forma a ser entendida como natural na sociedade, fazendo com que essas questões se tornem não mais construções sociais, mas sim algo biológico e constitucional dos seres.

A dominação patriarcal se mantém ativa, isso porque ao ser estruturalizado, o machismo se torna normal e a quebra desse status quo não acontece, pois às mulheres já se estabeleceu seu lugar na sociedade. Bourdieu (2012) contextualiza que apenas consegue ler a dominação quem aprendeu a decifrar seu código e não há uma vontade do homem de que seja possível para as mulheres essa ação.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012 p. 17)

Ao explicar sua teoria do Poder Simbólico, Bourdieu reflete sobre a construção da realidade a partir da homogeneidade de tempo, espaço e saberes, na qual são privilegiados os símbolos e rituais que fazem sentido à classe dominante, que assim pode se impor na sociedade e subjugar qualquer outra forma de cultura a uma subcultura que se constrói em contrapartida à hegemônica.

Nessa questão as relações de comunicação, que pressupõem níveis iguais de acesso aos meios, são parte essencial dessa construção (Bourdieu, 1989), o que explica, de certa forma, a necessidade de segregar grupos em prol da manutenção do sistema instaurado.

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. (BOURDIEU, 1989 p. 12)

Esse poder simbólico cria e fomenta esquemas de pensamento que são incorporados às relações humanas e acabam por se tornar a regra naturalizada da sociedade androcêntrica, que constrói uma primazia masculina desde a reprodução biológica, na qual o homem tem um papel elevado ao mais importante, até às demais relações de poder. Nesse sentido, as mulheres aprendem dentro desses esquemas e se submetem à ordem simbólica em vigor (BOURDIEU, 2012).

Voltando um pouco no tempo, um dos papéis dos periódicos oitocentistas voltados às mulheres era justamente o de indicar leituras adequadas para as moças, atividade por vezes realizada por outras mulheres por meio de textos ou cartas aos veículos. Podemos entender que além de impor uma cultura de interesse patriarcal, uma vez que mesmo as opiniões femininas publicadas passavam por um crivo de editores em sua maioria homens, essas publicações criavam uma falsa sensação de liberdade de pensamento, uma vez que permitia às moças lerem e não proibiam leituras, apenas às desaconselhavam.

Mais de um século depois, ao analisar o papel da mídia na formação de meninas e mulheres estadunidenses, vemos que a doutrinação para seu papel de mãe, esposa e dona de casa se mantém intacta.

Na década de 1950, observava-se a diminuição do interesse das jovens estadunidenses em ter uma carreira e seu retorno ao objetivo do casamento e família tradicionais. Os dados mostram uma queda da participação feminina, em comparação com a masculina, nas universidades de 47% em 1920 para 35% em 1968 (FRIEDAN, 2021).

A mística feminina<sup>4</sup> vende e reforça esses aspectos como única forma de exercício da feminilidade e do potencial verdadeiro da mulher, de outra forma, ela nunca poderia se realizar plenamente. O direcionamento para um caminho no qual a mulher deve se preparar para ser esposa, mãe e dona de casa se refletia na mídia, por meio de seus conteúdos<sup>5</sup>.

Essa imagem - criada pelas revistas femininas, pelos anúncios, pela televi-

---

4 Termo cunhado por Betty Friedan como um conceito sobre a construção dessa narrativa conservadora sobre a mulher e sua feminilidade.

5 Em seu livro *A mística feminina*, publicado originalmente na década de 1960, Betty Friedan traz os conteúdos publicados, normalmente, por uma das mais famosas revistas para mulheres da época (FRIEDAN, 2021 p. 36-37). Resaltamos aqui quatro ficções que constam nesta lista:

- Um poema sobre uma criança intitulado "A boy is a boy";
- Um conto sobre uma adolescente que não vai à universidade e rouba o namorado de uma universitária;
- Outro conto sobre as sensações de um bebê no berço;
- E outro conto sobre uma garota de 19 anos que é enviada para a escola de boas maneiras.

são, pelos filmes, pelos romances, pelas colunas e pelos livros escritos por especialistas sobre casamento e família, psicologia infantil, adequação sexual e pelos popularizadores da sociologia e da psicanálise - molda a vida das mulheres de hoje e espelha seus sonhos. (FRIEDAN, 2021 p. 36)

Além da mídia, a educação para mulheres, mesmo nas universidades (sejam as mistas ou as segregadas) traziam em seus programas disciplinas que as formavam para cumprir seu papel. Educação para lidar com a casa, o marido e os filhos eram comuns, bem como era comum as jovens abandonarem os estudos ao se casar, mantendo empregos de meio período para ajudar a formação do marido, esse sim a pessoa que iria brilhar na carreira e trazer dinheiro para casa. “A conformidade é incorporada de muitas maneiras à educação para adequação à vida. Há pouco ou nenhum desafio intelectual ou disciplina envolvidos em meramente aprender a se adequar” (FRIEDAN, 2021 p. 208)

Todo esse jogo se encaixa no que Bourdieu vai chamar de violência simbólica, uma vez que às mulheres apenas está acessível aquilo que a sociedade androcêntrica assim lhes permite.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 2012 p. 47)

O grande trunfo da dominação simbólica, e também seu grande perigo a quem está subjugado, é que quanto mais forte ela se aplica, menos percebida ela é. Ou seja, o poder simbólico atua por meios tão arraigados, que não é mais percebido como uma imposição construída, mas sim como uma regra natural a qual a espécie está submetida, tal qual a necessidade de respirar e se alimentar.

Numa realidade que mantém um status de dominação e segrega mulheres a um posto subalterno, a literatura se impõe como uma possibilidade de vivenciar novos mundos e aprender que existem outras possibilidades. E aí está o perigo dos livros.

Eça de Queiroz expressou sua opinião sobre os romances em seu livro *Uma companhia alegre*, ao tratar da educação das moças solteiras. Segundo ele, ao educar seus espíritos por meio dos romances, as jovens corriam o risco de tornarem-se seres fracos e tenros e abandonadas às fantasias, tudo isso incorporando à sua protagonista essas mudanças propiciadas pela literatura. “O romance é, assim, encarado, por muitos autores, como potencialmente perigoso e um factor de alienação e de desvio moral” (VAQUINHAS, 2010 p. 4).

A censura ao acesso à educação e cultura para as mulheres, sempre foi uma ferramenta usada pelo patriarcado para se estabelecer e permanecer no poder. Essa censura estapolada à proibição total, passível de punições duríssimas vistas na obra de Atwood estão estrategicamente localizadas ali para gerar a discussão e levar a pauta dos perigos de um sistema autoritário, machista,

patriarcal e religioso, para toda a sociedade.

Apesar de parecer muito longe de ser um perigo real, vemos no noticiário diariamente exemplos de regimes, como o Taliban, que opera justamente com mecanismos de censura, especialmente às mulheres, operando por meio de pausas de costumes e da religião como forma de cancelar suas ideias extremas.

Nesse sentido, a intenção aqui é refletir sobre a importância da educação emancipadora, e do papel da literatura nesse processo crítico individual. Por isso a importância da ficção distópica, que nos mostra como pode ser um futuro quando o conservadorismo e o autoritarismos tomam o poder.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ato de registrar algo como forma de comunicação é tão antigo quanto a própria humanidade; a segregação de quem pode ou não interpretar esses sinais e a censura aos registros também o são. Nesse sentido a literatura é uma das formas de expressão alvo de represálias que resultam até mesmo na queima de livros e prisão de seus autores. A problemática é tratada inclusive pela própria ficção, o que pode ser visto como uma forma de registro dos fatos, mesmo que sem um compromisso científico ou veracidade dos fatos.

A escrita como um sistema de registro codificado como conhecemos hoje, aparece por volta do século 32 a.C., por meio da linguagem Suméria conhecida como cuneiforme. Essa forma de registro, que necessita conhecimento para sua decodificação e entendimento, aparece inicialmente nos meios jurídicos e burocráticos, mas em alguns séculos se tornou também uma forma de registro de lendas e mitos locais. Mais uma vez, o acesso a esse arquivo era feito apenas por aqueles com conhecimento para ler e escrever no sistema cuneiforme. “No 2º milênio a.C., existiam escolas para escribas, voltadas para o ensino da esotérica arte de escrever” (LYON, 2011 p. 16).

Ao adotar um sistema de escrita a sociedade passa de um modelo de comunicação oral, aprendido de forma orgânica por todos os indivíduos, para um modelo que precisa ser ensinado e aprendido com estudo. A naturalização da escrita cria a falsa sensação de que essa é uma habilidade básica, dominada desde a infância.

Como se pode esperar, leitura e escrita eram então reservadas para poucos. O alfabetismo se restringia a alguns profissionais. Sacerdotes tinham o domínio exclusivo da interpretação dos textos sagrados, fazendo deles pontes entre Deus e seus fiéis. Essa prática e modo excludente de tratar a escrita e a leitura, principalmente de textos sagrados no ocidente, iria se arrastar até o século XV, quando em meados de 1450, Johannes Gutenberg cria a prensa de tipos móveis, que permite a impressão sequencial dos mesmos textos, não mais com uma matriz de xilogravura, mas sim com o uso de letras móveis.

O acesso aos livros cresce em paralelo ao letramento das sociedades e ao desenvolvimento das tecnologias de impressão e distribuição de livros. Ao

mesmo tempo que isso acontece, crescem também as perseguições e censuras aos escritos.

As perseguições são como que o reverso das proteções, privilégios, recompensas ou pensão concedidas pelos poderes eclesiais e pelos príncipes. O espetáculo público do castigo inverte a cena da dedicatoria. A fogueira em que são lançados os maus livros constitui a figura invertida da biblioteca encarregada de proteger e preservar o patrimônio textual. Dos atos de fé da Inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de destruição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros e, com frequência, seus autores, pensavam erradicar para sempre suas ideias. (CHARTIER, 1999 p. 23).

Com o crescimento do acesso à leitura, consequência do aumento do letramento da população, a partir do século XVI, outra mudança começa a ser gerada, desta vez a crescente demanda por educação formal, que começa a arrastar as populações do campo para a cidade, o que se torna um problema para os poderes e os poderosos, que veem isso como uma grande desordem social. “É um imaginário muito forte, enraizado nas concepções econômicas, que não concebe a ordem social a não ser como reprodução idêntica das condições passadas.” (CHARTIER, 1999 p. 108)

Nesse contexto, ainda mais suprimidas de seus direitos estão as mulheres, que por séculos foram proibidas de frequentar escolas, ficando ainda mais vulneráveis ao analfabetismo. Esse cerceamento da educação feminina se baseava em grande parte ao temor de quais interpretações uma mulher poderia fazer daquilo que lia. A diferença dos índices de mulheres e homens leitores era bastante acentuada e muitas mulheres conseguiam ler, mas não escrever.

Na maioria das sociedades europeias, as mulheres aprendiam a ler a Bíblia e o catecismo, mas (como os escravos negros no sul dos Estados Unidos) não eram encorajadas a aprender a escrever, já que escrever conferia uma independência que era considerada prerrogativa masculina. (LYON, 2011 p. 98).

Essa restrição à educação formal das mulheres começa a ser derrubada no século XIX, quando postos de empregos femininos começam a surgir e requerem a habilidade de ler e escrever. Mais uma vez o que se vê é a demanda econômica ditando os rumos da educação e do letramento.

A restrição inicial da leitura e da escrita a grupos de escribas, burocratas e sacerdotes, impacta também a forma como os registros são feitos, fazendo com que o status do conhecimento tanto da história, quanto das leis e outras atividades sociais sejam sempre interpretadas por um único viés (WILLIAMS, 2014).

O cabo de guerra entre a literatura e os poderes hegemônicos, que veem nela um potencial inimigo, continua e ganha nuances ao longo dos tempos. Liderada pela Igreja Católica, que temia a Reforma Protestante e sua reinterpretação dos textos sagrados da Bíblia, a Inquisição foi um dos movimentos mais letais para os livros, seus leitores e autores. Nesse contexto, foi criado o chamado Índice, que consistia em listas intermináveis de livros considerados profanos e que deveriam ser banidos da sociedade. Esses compilados eram feitos também

por universidades, como a Sorbonne de Paris. Em 1790, mais de sete mil livros constavam do Índice, que só foi abolido oficialmente em 1966. (LYON, 2011).

Durante o Iluminismo, nos anos de ascensão dos movimentos Nazistas e Fascistas, na extinta União Soviética ou no governo Talibã. Não importa o século, local ou direcionamento político. O que une esses momentos da história do mundo é mesmo a censura cultural por meio da purga de livros e outras atividades artísticas. O cerceamento de direitos voltados para populações específicas também se mostra presentes. O objetivo é sempre impedir que ideias diversas sejam divulgadas e adotadas.

Vargas Llosa (1990) reflete que o romance é uma arte das sociedades nas quais a fé e a religião experimentam alguma crise, porém ainda assim, acreditar em alguma coisa além da realidade palpável faz falta às pessoas, de forma que a literatura se converte em uma via de escape, mas também uma forma de tomar conhecimento de outras visões de mundo, cotidianos possíveis e, por que não, projeções de um futuro possível.

A produção de discursos de saberes específicos regula o conhecimento da época e normatizam o mundo, ou pelo menos aquela localidade. Dessa forma, a sombra do saber passa a ser uma forma avançada de controle, uma vez que é a partir do discurso entendido como verdadeiro ou oficial que o indivíduo consegue reconhecer e produzir sentido no que ele vê.

Ao longo dos séculos inúmeras estratégias foram usadas para censurar o letramento da sociedade e cercear o acesso aos livros. Neste contexto, o direito à educação, conseqüentemente à leitura e escrita, feminina foi (e ainda é) o mais persistente, visto que ainda hoje diversos regimes totalitários impõem essa proibição às mulheres. A pauta de costumes embasada em preceitos religiosos continua tendo grande papel nessa ação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Icaro Yure Freire de. Siegfried Krakauer: cinema e métodos. *Inter-Legere*, v. 2, n. 25, p. 1-17, 2019.

BAKHTIN, M. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1997.

BENJAMIN, Walter. O anjo da história. (recurso eletrônico). Belo Horizonte: Autêntica, 2012

BYINGTON, Carlos Amadeu B. Prefácio. In: KRAMER, Heinrich, SPRENGER, James. O martelo das feiticeiras, 30ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

BOSSI, A. Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMPBELL, Joseph. As máscaras de Deus. Trad Carmen Fischer. São Paulo: Palas Athenas, 1992.

CANDIDO, A. Vários escritos. 1 ed. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. 17ª ed. Trad. Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olimpo, 2002.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2023.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed São Paulo: Paz e Terra, 2021.

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FRIEDAN, Betty. A mística feminina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

FRYE, Northrop. Anatomia da crítica: quatro ensaios. São Paulo: É Realizações, 2013.

\_\_\_\_\_. O romance histórico como canal para reverberação de vozes minoritárias. In: Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas protagonistas [recurso eletrônico]. Demétrio de Azeredo Soster e Mara Rovida (org.). Santa Cruz do Sul: Catarse, 2021.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. In: Cadernos Pagu, n. 38, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CNLc3BVqWtXcYNdfQnwVdpx/abstract/?lang=pt>

KRAMER, Heinrich, SPRENGER, James. O martelo das feiticeiras, 30ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia. Bauru (SP): Edusc, 2001.

KULTUV, Barbara Black. O livro de Lilith. 9ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

LARAIA, R. de B. Jardim do Éden revisitado. In: Revista De Antropologia,

40(1), 149-164. USP, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27065>

LEGROS, Patrick et. al. Sociologia do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LYONS, Martyn. Livro: uma história viva. São Paulo: Editora Senac, 2011.

LUKÁCS, G. O romance histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano. 2 ed.. São Paulo: Summus, 2003.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: O martelo das feiticeiras, 30ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. *Kriterion*, n. 125, p. 299-310, jun. 2012.

SARAMAGO, J. A história como ficção, a ficção como história. In: *Revista de Ciências Humanas*, n.27, p. 09 – 17. Florianópolis: EDUFSC, 2000

SILVA, José Filipe. Santa Inquisição: sistema e racionalidade. In: *Workshop de Estudos Medievais: Porto, Universidade do Porto*, 2015. Disponível em: <https://ifilosofia.up.pt/publications/santa-inquisi-o-sistema-e-racionalidade>

SODRÉ, Muniz. Teoria da literatura de massa. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: 1978.

SPRENGER, James. O martelo das feiticeiras, 30ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

VAQUINHAS, Irene. Perigos da leitura no feminino. In: Dos livros proibidos aos aconselhados (séculos XIX e XX). Revista Ler História: Lisboa, n59, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1327>

WILLIAMS, Raymond. A produção social da escrita. São Paulo: Editora Unesp, 2014.